

# 2010 RELATÓRIO DE GESTÃO



Instituto Português de Corporate Governance



---

# 2010 RELATÓRIO DE GESTÃO

## 1. Relatório das Actividades de 2010

O ano de 2010 foi essencialmente marcado por actividade reduzida no seu primeiro semestre no contexto da composição de listas e eleição dos novos membros dos órgãos sociais, tal não impediu o desenvolvimento neste ano de actividades, como as que a seguir se indicam:

- 4 Janeiro: Conclusão da redacção do Projecto de Código conforme aprovada pelo Conselho Geral de 4 de Dezembro;
- 8 Janeiro: Verificada a publicação do novo quadro normativo da CMVM, foi convocada a Assembleia Geral para deliberar sobre o Projecto de Código;
- 29 Janeiro: Em Assembleia Geral, a Direcção retirou a proposta de aprovação do Projecto de Código que havia apresentado por considerar, na sequência de contactos mantidos com um grupo de associados constituído essencialmente por empresas do PSI 20, que o referido projecto não reunia ainda o consenso necessário à sua aprovação. Neste contexto, a Direcção, por estar em fim de mandato, optou por solicitar ao Conselho Geral que encarregasse a nova Direcção do Instituto de concluir o projecto de documento;

*Tabela 1: N.º de associados e entidades com protocolo com o IPCG nos anos de 2007 a 2010.*

	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010
Associados Pessoas Singulares	190	195	197	214
Associados Pessoas Colectivas	25	37	40	42
Associados Patrocinadores	4	6	7	4
Associados Pessoas Colectivas e Protocolo	0	0	0	1
Protocolos	6	7	8	10
<b>Totais</b>	<b>225</b>	<b>245</b>	<b>252</b>	<b>271</b>

- Venda de publicações do Instituto pelo Portal na Internet;
- Realização de eleições pela Assembleia Geral de membros do Conselho Geral, membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral;
- Foi designada pelo Conselho Geral a composição dos membros da Direcção do Instituto, a qual tomou posse em Julho;
- Aprovação pelo Conselho Geral dos Objectivos Programáticos da Direcção para os anos de 2010 a 2012;
- Constituição, pela Direcção, nos termos do art. 9.º, n.º 2 dos Estatutos, de uma Comissão Consultiva para assessorar de forma permanente a Direcção, ao nível da informação e suporte à formação de decisões, composta por 25 membros;

- Aprovação de novos Associados;

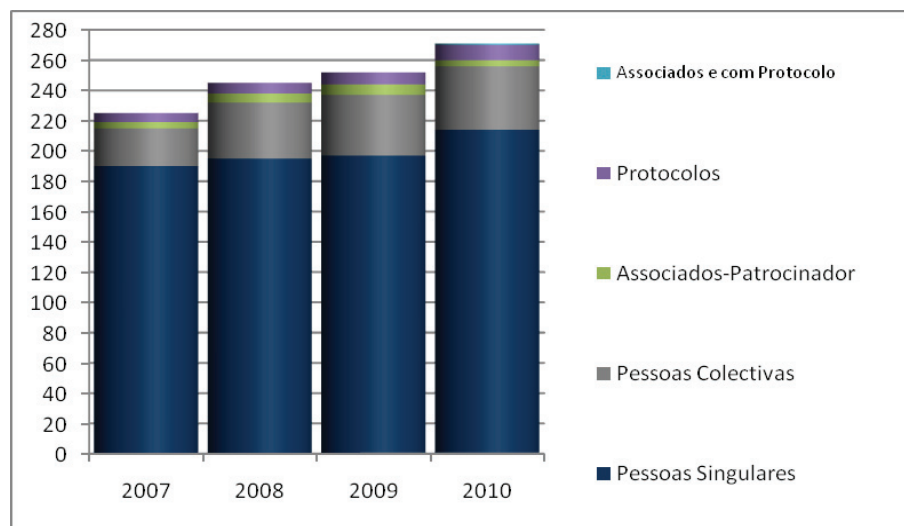


Gráfico 1: N.º de associados e entidades com protocolo com o IPCG nos anos de 2007 a 2010.

- Decisão de envidar esforços para celebrar por meio de protocolo, entendimento com a recém-criada AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados, para a realização conjunta de actividades subordinadas a temáticas de corporate governance;
- Patrocínio Institucional à Conferência “Reforma do Sistema Financeiro: o que sabemos e o que podemos antecipar”, a respeito da reforma regulatória do sector financeiro na Europa e nos EUA, organizada pela Euronext Lisbon, em Lisboa;
- Participação Institucional no Congresso da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com o tema “Boas Práticas de Governação”;
- Participação Institucional no Seminário “O Papel do Auditor e do Controller no Corporate Governance”, organizado pela Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra;
- Início da actividade de várias subcomissões com objectivo de apresentar cadernos práticos sobre temas específicos de corporate governance, designadamente, entre outros, sobre boas práticas dos órgãos de fiscalização, boas práticas dos órgãos de administração;
- Decisão de acompanhar a actividade subordinada ao tema de Corporate Governance nas Fundações, com o Centro Português de Fundações;
- Definição como tema bianual da actividade do Instituto, os interesses dos stakeholders;
- Foi constituída uma Comissão, com o propósito de apresentar uma proposta de Projecto de Código de Bom Governo das Sociedades do IPCG, composta por 19 membros. De entre esta Comissão, foi constituída a Comissão Executiva de Revisão do Código, composta por 8 membros;

- Organização de Reunião/Jantar com os membros de todos os órgãos sociais, assim como da Comissão Consultiva e da Comissão de Revisão do Código, no Círculo Eça de Queiróz, em Lisboa;
- Participação Institucional na Conferência do Audit Committee Institute, promovido pela KPMG;
- Participação Institucional no IX Seminário “Reflexão Estratégica” promovida pela CentroMarca;
- Seminário Anual da Universidade Lusíada sobre Corporate Governance, no âmbito do protocolo estabelecido;

<b>Áreas de actividade de entidades colectivas associadas do IPCG</b>	<b>31.12.2007</b>	<b>31.12.2008</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Advocacia</b>	6	17	19	19
<b>Auditoria</b>	-	-	-	1
<b>Bancária</b>	6	6	6	4
<b>Consultoria em Recursos Humanos</b>	1	1	1	2
<b>Contabilidade</b>	2	2	2	1
<b>Gestão de Participações Sociais</b>	6	8	8	8
<b>Indústria da Água</b>	1	1	1	1
<b>Indústria da Construção Civil</b>	1	1	1	-
<b>Indústria da Energia</b>	2	2	3	3
<b>Instituições sem fins lucrativos</b>	-	-	1	1
<b>Instituto Público ou de Regulação</b>	1	1	1	2
<b>Produtos Farmacêuticos</b>	-	1	1	1
<b>Produtos Químicos e Industria Têxtil</b>	1	1	1	1
<b>Seguros</b>	2	2	2	3

*Tabela 2: Áreas de actividade das entidades colectivas associadas do IPCG, entre 2007 e 2010.*

- Decisão de organizar uma Conferência subordinada ao repensar a corporate governance em conjunto com a temática das boas práticas de remuneração;
- Decisão de organizar uma Conferência com Janet Gaymer CBE sobre a experiência britânica que protagonizou como Commissioner for Public Appointments in England and Wales;
- Foi ponderada a adesão, em parceria com o Fórum dos Administradores de Empresas, à ECODA (Confederação Europeia de Associações de Administradores);
- Estreitar de relações com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa;
- Assistência à 10.ª Conferência Europeia sobre Corporate Governance, em Bruxelas;
- Opinião presente em meios de comunicação social;
- Janeiro a Dezembro: Recuperação de quotas em atraso;

- Nomeação do Dr. Guilherme Abreu Loureiro para Director-Executivo do Instituto e continuidade de Marco Binã como Director-Executivo Adjunto;
- Foi ponderada a designação de uma Assistente que se concretizou com a contratação de Ana Rodrigues.

## 2. Portal do IPCG/2010

- No ano de 2010 verificaram-se o total de 17902 visitas ao Portal do IPCG na Internet;
- As visitas verificadas são provenientes de 79 Estados, sendo destes os dez de maior origem de número de visitas, nomeadamente e por ordem decrescente, o Brasil com 1175 visitas, Moçambique, Reino Unido, Espanha, Angola, Estados Unidos, Alemanha, França, Cabo Verde e Bélgica.
- 48% do número total de visitantes corresponde a utilizadores com indicação de terem o inglês como idioma;
- A média diária foi de 49,05 visitas, tendo ascendido na semana do pico de visitas a 110 diárias;

*Gráfico 2: Visitantes ao Portal do IPCG na Internet, dados por semana.*



- 48,06% das visitas registadas são de visitantes frequentes e 51,94% de novos visitantes;
- Mantém-se a página de acolhimento seguida da página de Associados como as mais vistas do Portal;
- As páginas relativas ao Ante-Projecto de Código foram visualizadas no ano de 2010, 2346 vezes.

*Mapa 1: Cobertura Regional de Visitantes ao Portal do IPCG na Internet.*



Lisboa, Março de 2011

A Direcção



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Rúbricas	Notas	PERÍODOS	
		31.12.2010	31.12.2009
<b>Activo</b>			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		1.775,93	3.295,08
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Sócios			
		<b>1.775,93</b>	<b>3.295,08</b>
Activo corrente			
Inventários			
Clientes		50,22	163,84
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		151,08	305,94
Sócios		12.200,00	4.600,00
Outras contas a receber		169,38	94,37
Diferimentos		771,78	770,59
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		87.740,64	89.356,96
		<b>101.083,10</b>	<b>95.291,70</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>102.859,03</b>	<b>98.586,78</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Fundo Social		96.092,40	88.622,01
Accções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
		<b>96.092,40</b>	<b>88.622,01</b>
Resultado Líquido do Exercício		2.711,10	7.470,39
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>98.803,50</b>	<b>96.092,40</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estados e outros entes públicos		341,18	2.176,06
Sócios			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos		2.175,00	
Outras contas a pagar		1.539,35	318,32
Outros passivos financeiros			
		<b>4.055,53</b>	<b>2.494,38</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>4.055,53</b>	<b>2.494,38</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>102.859,03</b>	<b>98.586,78</b>

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO em 31.Dezembro.2010

Unidade: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31.12.2010	31.12.2009
Vendas e serviços prestados		59.525,00	74.150,00
Subsídios à exploração			14.200,00
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-49.744,57	-64.222,42
Gastos com o pessoal			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-9.825,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras Imparidades			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		18,95	117,67
Outros gastos e perdas		-5.995,02	-6.039,86
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3.804,36</b>	<b>8.380,39</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1.519,15	-1.836,98
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2.285,21</b>	<b>6.543,41</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		493,84	1.479,96
Juros e gastos similares suportados			-329,33
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2.779,05</b>	<b>7.694,04</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-67,95	-223,65
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2.711,10</b>	<b>7.470,39</b>

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO em 31.Dezembro.2010

Unidade: Euros

RÚBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		31.12.2010	31.12.2009
Vendas e serviços prestados		59.525,00	74.150,00
Custo das vendas e dos serviços prestados			
Resultado bruto		59.525,00	74.150,00
Outros rendimentos		512,79	15.468,30
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-49.744,57	-64.222,42
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		-7.514,17	-17.701,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.779,05	7.694,04
Gastos de financiamento (líquidos)			
Resultados antes de impostos		2.779,05	7.694,04
Imposto sobre o rendimento do período		-67,95	-223,65
Resultado líquido do período		2.711,10	7.470,39

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

31.Dezembro.2010  
(Valores expressos em Euros)

## Anexo ao balanço e às demonstrações dos resultados

### Introdução

O Instituto Português de Corporate Governance, é uma Associação fundada em 15 de Junho de 2004 e tem como objecto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as actividades adequadas a tal fim.

### Nota 1 Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

### Nota 2 Valores comparativos

A empresa não procedeu, de uma forma geral, à alteração de práticas contabilísticas pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do Exercício anterior.

### Nota 3 Principais políticas contabilísticas

#### a) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rúbricas das Demonstrações Financeiras.

#### b) Imobilizações corpóreas, incorpóreas e amortizações

Os bens do activo imobilizado estão contabilizados ao custo histórico de aquisição. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os seus bens entram em funcionamento, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens.

#### c) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

### Nota 4 Volume de Emprego

Durante o exercício de 2010 o Instituto Português de Corporate Governance não teve ao seu serviço quaisquer empregados.

### Nota 5

#### Imposto sobre o Rendimento

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artº 54º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis. De acordo com o Capítulo II, Artº 11º § 3 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação os proveitos suplementares resultantes da venda do “Livro Branco sobre Corporate Governance em Portugal” e os juros obtidos de depósitos a prazo.

### Nota 6

#### Movimentos no Activo Imobilizado

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências / Abates	Saldo Final
<b>ACTIVO FIXO</b>					
<b>Tangível</b>					
Equipamento Administrativo	4.477,16				4.477,16
	<u>4.477,16</u>				<u>4.477,16</u>
<b>Intangível</b>					
Programas de computador	3.136,28				3.136,28
	<u>3.136,28</u>				<u>3.136,28</u>

Descrição	Saldo Inicial	Reforço	Anulação / Reversão	Saldo Final
<b>DEPRECIACÕES ACUMULADAS</b>				
<b>Activo Fixo Tangível</b>				
Equipamento Administrativo	2.015,42	685,81		2.701,23
	<u>2.015,42</u>	<u>685,81</u>		<u>2.701,23</u>
<b>Activo Fixo Intangível</b>				
Programas de computador	2.302,94	833,34		3.136,28
	<u>2.302,94</u>	<u>833,34</u>		<u>3.136,28</u>

Os “Programas de computador” foram considerados até ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, como “Imobilizações Corpóreas”. No Exercício de 2010, alterou-se o critério de afectação destes Activos, registando-se no Balanço Inicial em SNC como “Activo fixo Intangível”.

As “Despesas de Instalação” não têm equivalente no SNC. Por isso, de acordo com o definido na NCRF-3 (adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro), na transição do POC para o SNC, esta rubrica foi desreconhecida, saldando-se a conta por contrapartida da “conta 51 - Fundo Social”.

### Nota 7

#### Movimentos do activo circulante

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Cobranças	Saldo Final
<b>Dívidas de Terceiros:</b>				
Clientes	163,84	26,90	140,52	50,22
Sócios - outras operações	22.000,00	61.850,00	54.250,00	29.600,00
Estado	305,94		187,41	118,53
	<b>22.469,78</b>	<b>61.876,90</b>	<b>54.577,93</b>	<b>29.768,75</b>

### Nota 8

#### Dívidas de cobrança duvidosa

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
<b>Outras dívidas de terceiros:</b>				
Jóias e quotas				
Ano 2005	3.600,00			3.600,00
Ano 2006	3.900,00			3.900,00
Ano 2007	3.525,00			3.525,00
Ano 2008	3.225,00			3.225,00
Ano 2009	3.150,00			3.150,00
<b>TOTAL</b>	<b>17.400,00</b>			<b>17.400,00</b>

**Nota 9**  
Movimentos ocorridos nas  
contas de Capital Próprio

Descrição	31-12-2008	Transferências	Resultado Líquido	31-12-2010
Fundo Social	88.622,01	7.470,39		96.092,40
Prestações suplementares				
Reservas reavaliação				
Reservas				
Resultados Transitados				
Resultado Exercício	7.470,39	-7.470,39	2.711,10	2.711,10
<b>TOTAL</b>	<b>96,092,40</b>	<b>0,00</b>	<b>2.711,10</b>	<b>98.803,50</b>

**Nota 10**  
Outras informações

A) Discriminação dos “Fornecimentos e Serviços Externos”

Descrição	2010	2009
Ferramentas e Utensílios	21,75	
Material de Escritório	641,95	1.301,29
Rendas e Alugueres:		
Arrendamento Sala	9.253,03	7.399,48
Comunicação:		
Correio	510,92	1.127,45
Telefone	553,84	290,29
Internet	274,22	353,43
Deslocações e estadas	5.835,32	1.010,92
Honorários:		
Marco Gomes Binhá	16.500,00	15.550,00
André Figueiredo		1.170,00
José Ferreira Gomes		1.850,00
Jorge M. Arriaga	750,00	
Contencioso e Notariado		325,64
Publicidade e propaganda		1.915,20
Trabalhos especializados:		
Conta-T - Consultores	3.181,20	3.168,00
Price W Coopers		750,00
Flor Santo Amaro		120,96
Sugestões Opções		154,20
N Imagens Eventos	198,00	252,00
Cunha Vaz & Associados	7.230,00	7.769,16
Media Gate Agência		13.334,21
Fundação Serralves		696,00
Tinta Digital	3.615,00	3.750,00
Outros		274,49
Fundação Gulbenkian	283,59	
Guberna Institut	605,00	
Outros Serviços	290,75	
<b>TOTAL</b>	<b>49.744,57</b>	<b>64.222,42</b>



## B) Discriminação dos “Outros Gastos”

Descrição	2010	2009
Fornecimento Serviços Externos		271,00
Impostos	2.856,00	105,86
Descontos concedidos	0,01	
Correcção Exercícios anteriores	993,75	
Quotizações	2.000,00	
Outras	145,26	
<b>TOTAL</b>	<b>5.995,02</b>	<b>376,86</b>

## C) Discriminação dos “Depósitos Bancários”

Descrição	2010	2009
Depósitos à ordem	77.739,59	4.338,37
Depósitos a prazo	10.000,00	85.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>87.739,59</b>	<b>89.338,37</b>

## D) Discriminação de Estado e Outros Entes Públicos - Passivo

Descrição	2010	2009
Retenção IRS Trabalho Independente	236,50	490,00
Retenção IRS Prediais	103,63	188,40
IVA - a pagar	1,05	1.497,66
IRC - Autoliquidação		
<b>TOTAL</b>		<b>2.176,06</b>

## E) Evolução do Fundo Social

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1.300,00
Constituído no Exercício de 2005	20.281,72
Constituído no Exercício de 2006	30.032,90
Constituído no Exercício de 2007	46.135,61
Constituído no Exercício de 2008	-9.128,22
Constituído no Exercício de 2009	7.470,39
<b>TOTAL</b>	<b>96.092,40</b>

Lisboa, 14 de Março de 2011

Técnico Oficial de Contas

A Direcção

**DIRECÇÃO****Duração do Mandato:** três anos

Reuniões	2007	2008	2009	2010
Direcção	9	9	11	11

**Membros**

Pedro Rebelo de Sousa - Presidente  
 Alberto João Coraceiro de Castro – Membro da Direcção  
 Alexandre Cardoso Correia da Mota Pinto – Membro da Direcção  
 António Sarmento Gomes Mota – Membro da Direcção  
 Pedro Maia – Membro da Direcção

Designados pelo Conselho Geral de 21 de Junho de 2010.

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL****Duração do Mandato:** três anos

Reuniões	2007	2008	2009	2010
Reuniões	1	1	1	1

**Membros**

Daniel Proença de Carvalho – Presidente  
 Marco Binã – Secretário

Eleitos pela Assembleia Geral de 21 de Junho de 2010.

**CONSELHO FISCAL****Duração do Mandato:** três anos

Reuniões	2007	2008	2009	2010
de contas do ano	1	1	1	1

**Membros**

Luís Augusto Gonçalves Magalhães – Presidente  
 Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro – Vogal  
 Rafael Mora Funes – Vogal

Reeleitos pela Assembleia Geral de 21 de Junho de 2010.

**CONSELHO GERAL****Duração do Mandato:** três anos

Reuniões	2007	2008	2009	2010
Conselho Geral	1	1	2	2

**Membros**

Eleitos pela Assembleia Geral  
de 4 de Abril de 2009:

1. Galp Energia, S.A., (representada por Francisco Murteira Nabo)

**Membros**

Eleitos pela Assembleia Geral  
de 21 de Junho de 2010:

2. João Calvão da Silva (Presidente);
3. Álvaro Barreto;
4. Alexandre Lucena e Vale;
5. Alexandre Relvas;
6. António Castro Guerra;
7. António Mexia;
8. Duarte Calheiros;
9. Eduardo Catroga;
10. Esmeralda Dourado;
11. João Salgueiro;
12. Joaquim Goes;
13. Luís Champallimaud;
14. Luís Mira Amaral;
15. Luís Palha;
16. Luís Parreirão;
17. Luísa Antas;
18. Manuel Alves Monteiro;
19. Miguel Horta e Costa;
20. Nuno Amado;
21. Rogério Carapuça.

